

# INTERNACIONAL



*O texto de conjuntura internacional é uma retrospectiva dos principais acontecimentos no mundo em 2017.*

O ano político internacional começou em janeiro com a posse do novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que, sob a consigna “América First” (Estados Unidos Primeiro), ao longo do ano faria várias tentativas de impedir migrantes, principalmente muçulmanos, de ingressar no território estadunidense, além de retirar o país de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), romper acordos como o de Paris sobre mudanças climáticas e retirar-se de negociações como o do Pacto de Migração.

Os meses de março e abril foram marcados por protestos sociais no Chile contra os Fundos de Pensão privados, introduzidos por Pinochet e que não oferecem rendimento suficiente para os aposentados, bem como por greves gerais na Argentina e no Brasil contra os ajustes promovidos pelos respectivos governos.

Estes meses registraram também as eleições para chefes de Estado, respectivamente, na Holanda e no Equador. No primeiro, o primeiro-ministro, Mark

Rutte do Partido Liberal foi reeleito, mas o destaque foi a fragorosa derrota do PVdA (Partido Social Democrata) que obteve apenas 7% dos votos, quando normalmente alcançava entre 20% a 30% chegando a governar o país em várias ocasiões. Foi um castigo de seu eleitorado por haver participado do governo anterior à eleição, liderado por Rutte, cuja política foi de austeridade e redução de direitos sociais. No Equador, o candidato da esquerda, Lenin Moreno, venceu as eleições e substituiu o presidente Rafael Correa no governo, no entanto, pouco tempo depois eles romperam e suas relações políticas e pessoais se deterioraram fortemente.

Ainda em abril, houve uma greve de fome de 1.500 prisioneiros políticos palestinos detidos em Israel, entre eles treze parlamentares, reivindicando o fim dos maus tratos e o aumento da frequência de contatos com seus familiares. No mês de maio chegou-se a um acordo que atendeu parcialmente as reivindicações dos prisioneiros.

Em maio houve eleição presidencial no Irã, onde o presidente Hassan Rohani foi reconduzido ao

cargo, enquanto na França o presidente eleito no segundo turno foi Emmanuel Macron, disputando com a diretista Marie Le Pen. Ele chegou a ocupar o Ministério da Economia por algum tempo no governo de François Hollande, mas saiu para criar um novo partido político, “En Marche” (Em Marcha). No mês seguinte ele também conseguiu que sua coalizão política elegeisse a maioria dos deputados do Congresso Nacional, rompendo a tradicional maioria bipartidária dos republicanos e socialistas. Mais uma vez, os castigados foram os social-democratas, pois o Partido Socialista teve sua votação mais baixa das últimas décadas e perdeu dezenas de cadeiras no parlamento francês. Uma das primeiras medidas do governo Macron foi a aprovação de uma reforma das leis trabalhistas francesas, reduzindo ou permitindo uma série de flexibilizações dos direitos existentes, o que o caracterizou como sendo um político de direita e não progressista, como tentava se apresentar.

No mês de junho, a primeira-ministra da Inglaterra, Theresa May, convocou eleições antecipadas alegando que necessitava de mais respaldo para conduzir as negociações do “Brexit” com a União Europeia, imaginando que era um bom momento para tentar ampliar a bancada dos “Tories” (Conservadores). Entretanto, foi um “tiro no pé”, pois o vitorioso foi Jeremy Corbyn, líder do Partido Trabalhista, que ampliou sua bancada por meio de uma campanha pela esquerda, enquanto a dela se reduziu, obrigando-a a compor com um pequeno partido regional de extrema direita da Irlanda do Norte, o Partido Democrático da União (DUP na sigla em inglês) para permanecer como primeira-ministra.

Foi também no meio do ano que o rei da Arábia Saudita, Salman bin Abdulaziz Al Saud, trocou o príncipe herdeiro Mohamed bin Nayef, seu sobrinho, por seu filho Mohamed bin Salman. Este subiu o tom na política externa de forte disputa com os países do chamado eixo xiita como o Irã, Iraque, Síria e Líbano e centralizou o poder internamente. Na política externa, uma das primeiras medidas foi a de bloquear o vizinho Catar, por se recusar a romper relações com o Irã, embora a justificativa oficial fosse que o governo deste país se recusava a interromper o apoio ao terrorismo islâmico.

O anúncio da explosão de uma bomba de hidrogênio pela Coreia do Norte em agosto, além de testes com mísseis, levou o Conselho de Segurança da ONU a aprovar novas sanções contra o país, enquanto o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, prometia reagir com “fogo e fúria” contra a Coreia do Norte, colocando a humanidade mais próxima de uma hecatombe nuclear. Em novembro, os norte coreanos realizaram mais um teste de míssil e anunciaram que seu programa de armamento nuclear estava completo e que já possuíam condições de atingir os Estados Unidos em qualquer parte de seu território.

No mês de julho, o governo de Nicolás Maduro realizou a eleição para compor uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para atualizar a institucionalidade da Venezuela e retomar a ofensiva política, frente à oposição e aos entraves colocados pelo parlamento do país onde a oposição é majoritária. Apesar da pressão, inclusive internacional, a ANC foi eleita, e uma de suas primeiras medidas foi a de antecipar as eleições para governadores para o mês de outubro.

O mês de agosto deu início a uma sequência de eleições de chefes de Estado em várias regiões do mundo, a começar pela de João Lourenço em Angola para substituir o presidente José Eduardo dos Santos após 38 anos no poder. Na sequência, houve eleições parlamentares na Alemanha e Noruega em setembro, de governadores na Venezuela em outubro e, em novembro, ocorreram as eleições dos delegados municipais em Cuba, que deram início à escolha de delegados das províncias e posteriormente da Assembleia Nacional, bem como o primeiro turno das eleições presidenciais no Chile.

Na Noruega, a coalizão liberal (direita) manteve a maioria parlamentar e na Alemanha a extrema direita “Alternativa para a Alemanha” (AfD) elegeu parlamentares pela primeira vez, enquanto a coalizão CDU-CSU, liderada por Angela Merkel, foi a mais votada, porém sem atingir maioria parlamentar. Ela deu início a negociações com os partidos liberal e verde visando compor o novo governo. Estas negociações fracassaram em novembro, e o partido social-democrata (SPD), que participou duas vezes da gestão Merkel e obteve o pior resul-

tado eleitoral de sua história, começou a reconsiderar seu anúncio de não participar do governo. Seu congresso realizado no início de dezembro autorizou sua liderança a negociar esta possibilidade com Merkel sob a justificativa de que a convocação de novas eleições poderia acarretar resultados ainda piores para o partido e favorecer a AfD.

Na Venezuela, o resultado das eleições para governadores favoreceu o governo e o Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV) ao elegerem dezoito dos 23 cargos em disputa. Quatro governadores eleitos pela oposição reconheceram a legitimidade da ANC e assumiram seus cargos, mas um dos eleitos ligado a Henrique Capriles se recusou e sua posse foi negada. Devido a esta divergência de posições no interior da oposição, Capriles retirou-se da “Mesa de Unidade Democrática” (MUD).

Enquanto isso, o resultado do primeiro turno das eleições chilenas levou os candidatos Sebastián Piñera da coalizão “Vamos” de direita e Orlando Guillier pela “Nova Maioria” ao segundo turno. O destaque nesta eleição foi que a direita cantava vitória já no primeiro turno, mas seu candidato obteve pouco mais de 30% dos votos e o resultado de 20% para a candidata Beatriz Sanches da “Frente Amplio” com 20% dos votos, um pouco menos do que Guillier, sendo que as pesquisas somente lhe davam em torno de 8%. O resultado do segundo turno dependerá do percentual de participação do eleitorado, pois o voto não é mais obrigatório no Chile.

O último trimestre do ano registra fatos como o massacre e êxodo da população Rohingya em Myanmar que chama ainda mais atenção por ocorrer no país do Prêmio Nobel da Paz, Aun San Suu Kyi, hoje uma autoridade importante.

O banco dos Brics, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) com sede na China, demitiu um de

seus vice-presidentes, o brasileiro Paulo Nogueira Batista Júnior, por ter criticado o governo golpista do Brasil. Neste país, em outubro, aconteceu o XIX Congresso do Partido Comunista Chinês que reconduziu Xi Jinping ao cargo de secretário-geral do partido e presidente do país.

Neste mesmo período, houve o plebiscito na Catalunha para discutir a proposta de declarar a independência desta província da Espanha, iniciativa duramente reprimida pelo governo espanhol, que chegou a intervir diretamente depondo as autoridades catalães e colocando alguns líderes pró-independência na prisão.

Em novembro realizou-se a Jornada Continental pela Democracia e Contra o Neoliberalismo em Montevideu, Uruguai, organizada por várias organizações sindicais e sociais reunindo em torno de duas mil pessoas para debater e encaminhar propostas. Este evento ocorreu ao mesmo tempo em que o presidente do Zimbábue renunciava ao governo após 37 anos no poder, pressionado pelo exército do país.

O ano vai terminando com a realização de uma Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Buenos Aires, Argentina, onde o destaque foi a repressão do governo argentino às atividades da sociedade civil que se contrapõe ao livre comércio, inclusive recusando o ingresso no país de aproximadamente sessenta ativistas sociais de outros países.

Assim como esta retrospectiva se iniciou registrando a posse do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, termina condenando seu imperial, desastroso e infeliz anúncio de que mudará a embaixada dos Estados Unidos de Telaviv, em Israel, para Jerusalém, capital da Palestina ocupada, provocando enorme revolta e mobilização no mundo muçulmano.